

UM THOMAS MANN PRÉ-REPUBLICANO

Wander Luiz Demartini Nunes (Doutorando em História - Ufes)

Resumo: o presente artigo se lança sobre a figura de Thomas Mann em seus tempos de defesa da Alemanha como um intelectual tipicamente conservador. A abordagem de Mann nesse período foi a da defesa de seu país contra aqueles que o atacavam também no campo das ideias no contexto da Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, o texto buscará analisar os argumentos de Mann enquanto um opositor de seu irmão, Heinrich Mann, o qual foi um crítico da atuação beligerante da Alemanha. Após o fim da Guerra, ocorreu uma virada em seu posicionamento, porém, para uma melhor compreensão da figura que adiante lançou seus discursos contra Hitler, é necessário atentar-se para a trajetória de Mann nesse recorte que antecedeu à República de Weimar.

Palavras-chave: Thomas Mann; Alemanha; Primeira Guerra Mundial.

Abstract: The present article is about Thomas Mann in his defense of Germany as a typically conservative intellectual. Mann's approach in this period was to defend his country against those who also attacked him in the field of ideas in the context of the First World War. In this sense, the text will seek to analyze Mann's arguments as an opponent of his brother, Heinrich Mann, who was a critic of Germany's belligerent performance. After the end of the war, there was a turning point in his position, however, for a better understanding of the figure who later launched his speeches against Hitler, it is necessary to pay attention to Mann's trajectory in this section that preceded the Weimar Republic.

Keywords: Thomas Mann; Germany; First World War

O início das incursões de Thomas Mann a serviço da Alemanha

Enquanto em *Considerações de um apolítico*, Thomas Mann criou longas digressões sobre as origens e os rumos da guerra, tratando muitas vezes de questões referentes ao campo artístico, uma abordagem diferente para uma obra voltada para questões bélicas, o seu ensaio *Pensamentos na Guerra* assumiu um caráter muito mais agressivo.

A forma como esse segundo texto se desenvolveu está em sintonia com uma espécie de senso comum que permeava as elites econômica e intelectual. Fossem os remanescentes da antiga classe agro-feudal ou aqueles que obtinham ascensão nos bancos nas indústrias ou, ainda, os professores universitários, todos acreditavam que resguardavam a verdadeira essência da Alemanha, e era um dever a defesa do país que se via cercado por inimigos, tanto interna quanto externamente (STERN, 2004, p. 13).

Mann não partiu para o *front* como fizeram outras figuras da época, como Marc Bloch. Fritz Stern apontou que, para Bloch, a derrota para a Alemanha levaria a um futuro intolerável. O *front* de Thomas Mann era sua escrivania. Ao redigir *Pensamentos na Guerra* o autor direcionou sua artilharia principalmente contra a França. No começo de seu texto, Mann comparou cultura e civilização, lembrando o problema de, muitas vezes, esses dois conceitos serem confundidos. Para o escritor alemão, porém, enquanto até mesmo o bizarro e o selvagem poderiam incluir-se no campo da cultura, a civilização estaria ligada à razão, ao abrandamento e à urbanidade. Mann afirmou que antes da chegada dos espanhóis, o México possuía cultura, mas não civilização, sendo que, dos povos antigos, apenas os chineses eram civilizados (MANN, 2010, p. 144-145). Uma questão de extrema importância para Mann era a seguinte: a arte faz parte do campo da cultura ou da civilização? Obviamente que ele a colocou no primeiro grupo, acrescentando que a “arte, como toda a cultura, é a sublimação do demoníaco” (2010, p. 145).

E era justamente no campo da arte que Thomas Mann realizava suas batalhas. O autor não permaneceu durante muito tempo no serviço militar e, para escapar, contou

com a ajuda de médicos bastante indulgentes. Como que para justificar o campo em que escolheu combater, Mann realiza uma comparação entre a arte e a guerra:

Não são relações totalmente alegóricas que unem a arte e a guerra? A mim ao menos sempre pareceu que não seria o pior dos artistas aquele que se reconhece na imagem do soldado. Aquele vitorioso princípio guerreiro de hoje: a organização – é afinal o princípio primeiro, a essência da arte. (MANN, 2010, p. 146).

Os poetas eram moralistas, diferentes dos políticos, que pertenceriam à razão, assunto da democracia e da política. A guerra era esperada então por esses seres morais, pois representava uma ruptura no mundo da civilidade, “Mundo horrível, que agora não mais existe – ou não mais existirá, depois de passada a grande tempestade! Ele não fervilhava, tomado pelos parasitas do espírito, como que por vermes?” (MANN, 2010, p. 147). Mann não era o único que naquele contexto pensou na arte com um aspecto bélico. Hermann Hesse também viu a guerra como um meio para que os artistas respeitassem mais uma nação:

Posso constatar que, no geral, o impacto moral da guerra tem sido bastante positivo. Para muitos, e também para a Alemanha, veio em boa hora essa sacudidela para que despertassem daquela tola paz capitalista. Creio que os verdadeiros artistas valorizarão mais uma nação se seus homens já enfrentaram a morte e conheceram a vida num campo de prisioneiros (HESSE apud STERN, 2004, p. 248).

Thomas Mann falava da guerra como uma espécie de purificação saudada pelos poetas. Certo austríaco, veterano da Primeira Guerra Mundial, também afirmaria, anos depois, que a guerra era uma purificação, algo salutar para os alemães. Por causa dessa ideia de expurgo por meio da guerra, para Mann foi quase uma decepção quando o exército Alemão avançou e colocou-se próximo de Paris ainda no início da guerra: “Não foi quase uma decepção, uma desilusão o que se sentiu, como se tudo corresse bem demais, fosse fácil demais, como se a falta de nervo de nossos inimigos nos roubasse nossos mais belos sonhos?” (MANN, 2010, p. 149). A guerra não poderia acabar logo.

Uma figura evocada constantemente em *Pensamentos na Guerra* é a de Frederico, o Grande, célebre rei da Prússia (1740 – 1786), que na juventude foi um amante das artes e da filosofia e, além disso, foi o responsável por reorganizar o exército

prussiano, fazendo com que seu militarismo o levasse a grandes conquistas territoriais. A referência a Frederico II é utilizada por Mann como paralelo possível. Esse rei ilustra uma Alemanha cercada por inimigos, situação análoga, na concepção do ensaísta, a vivida pelos alemães naquele momento. Desse modo, a Alemanha de Mann continuava a ser a de Frederico, o grande, e lutava, portanto, ainda a sua luta. Thomas Mann não tinha dúvidas quanto à vitória alemã.

A coalização se modificou um pouco, mas é a sua Europa, a Europa unida no ódio, que não nos tolera, que continua a não querer tolerar a ele, o rei, e à qual novamente é necessário mostrar com toda a clareza talvez de sete anos, que não é admissível eliminá-lo (MANN, 2010, p. 149).

Mann ainda comenta que havia uma relação de amizade coberta por rivalidade entre o rei prussiano e Voltaire. Os dois encarnavam Alemanha e França respectivamente. Um grande soldado e um grande civil (2010, p. 150).

A propaganda contra a Alemanha avançava incessantemente. Para Mann, a luta alemã era pela sobrevivência de sua forma de ser e agir. A Entente, ao contrapor sua luta – no caso, a luta da civilização – aos alemães, não poderia acusar a pátria de Nietzsche, Goethe e Wagner de barbárie, acusavam-na então de militarismo (MANN, 2010, p. 150 – 151). Aliás, a ideia de que existiam duas Alemanhas, uma da poesia, da música clássica e da filosofia, e outra, herdeira do militarismo prussiano, foi também cada vez mais reforçada pelos Aliados. Fritz Ringer afirma que essa proposição deixava os intelectuais alemães indignados com os publicistas da Inglaterra, por isso, em sua guerra cultural, esses intelectuais ressaltavam o espírito comercial dos ingleses (RINGER, 2000, p. 175). Para Peter Gay, após o fim do conflito, a escolha de Weimar para sediar a república alemã seria um reconhecimento dessa divisão artístico-política da Alemanha (GAY, 1978, p. 15).

Para rechaçar a acusação de militarismo contra os alemães, Mann afirma que isso se dava apenas pelo fato de que a Alemanha possuía o melhor exército do mundo. A oposição entre “militarismo e civilização” também não seria correta, pois o que seria o exército nacional francês, o exército da Itália e a frota inglesa senão militarismo? (MANN, 2010, p. 152). Para ressaltar o militarismo alemão, os inimigos da Alemanha lembravam-se apenas da excelência do país quanto à sua fabricação de armas, o que

para Thomas Mann era uma hipocrisia, já que os hospitais, escolas, ferrovias e as instituições sociais da Alemanha eram tão bons quanto seus canhões. Segundo Mann, a preferência dos alemães pela cultura também se dava pelo fato de possuírem um conteúdo humano, enquanto a civilização exala política, e, se o povo alemão era antirrevolucionário, a existência de homens como Lutero e Kant compensava a ausência de uma revolução nos moldes de 1789 (MANN, 2010, p. 152).

Thomas Mann ainda destaca que, apesar de encontrar-se em um contexto de guerra, o soldado não seria “um galo de briga com a crista sempre pronta a inchar, não é um valentão esquentado e arrogante. Pode-se ver se um povo é verdadeiramente guerreiro quando, no momento em que a guerra se torna destino, ele se poupa e se consome” (MANN, 2010, p. 153). Nesse trecho, transparece algo da autocoção citada por Norbert Elias ao tratar das questões dos duelos e da sociedade de satisfação mútua que se propagavam por toda a Alemanha. (ELIAS, 1997, p. 75).

A briga e o duelo possuíam as suas diferenças e é justamente isso que Thomas parece evocar no trecho citado anteriormente. Nesse sentido, o soldado alemão, que lutava no exército da pátria da cultura, mesmo não fazendo parte dos quadros aristocráticos, tornou-se, na guerra, parte da sociedade de satisfação mútua.

Advogando a causa alemã, Mann acusou os Aliados de um comportamento indecoroso que era justificado pelos franceses com um “*c’est la guerre*”. Os inimigos da Alemanha precisavam punir saques em seu próprio território, além disso, outro fato inaceitável era o assassinato de médicos alemães (MANN, 2010, p. 154).

Os Alemães, por serem um povo mais aristocrático do que os franceses, levavam vantagem sobre estes, já que o espírito republicano-burguês levava-os a sentir a guerra como algo insuportável. Os franceses, portanto, na visão de Mann, deveriam abdicar de qualquer pretensão bélica e viver de seu ideal civil (MANN, 2010, p. 154). Porém, não foi o que fizeram, pelo seu revanchismo contra os alemães. Mann ironizava tal revanche, que não poderia ser levada a cabo sem a ajuda dos outros. Ela necessitava, inclusive, da ajuda da monarquia czarista, algo que também desqualificava as críticas que a Alemanha recebia por seu espírito antidemocrático.

Como destaca o escritor alemão: “Mas que revanche era essa que não é levada a cabo com as próprias forças? Pode uma tal revanche satisfazer a vaidade?” (MANN, 2010, p. 155). Desse modo, os franceses, que clamaram durante décadas por revanche, quando tiveram a oportunidade, entrincheiravam-se com canhões em catedrais, como a de Reims, e, quando tais locais eram atacados, indignavam-se (MANN, 2010, p. 155). Segundo Thomas Mann, uma catedral nada tinha a ver com a civilização jacobina, mas, antes disso, era como um espinho. Para ele, o oficial católico que dava a ordem de abrir fogo contra ela teria mais reverência pelo templo do que os cidadãos franceses. Estes tinham, de acordo com o alemão, um comportamento feminino:

Esta nação reivindica direitos femininos, sem a menor dúvida. O mais encantador dos povos, delicado e sedutor como é, tudo pode ousar. Mas se lhes encostamos um dedo seus belos olhos lacrimejam e toda Europa se levanta em irado sentimento cavalheiresco (MANN, 2010, p. 156).

Thomas Mann criticou duramente o ponto de vista dos Aliados, que consideravam a guerra um meio para civilizar a Alemanha. Opunham mais uma vez sua defesa da democracia contra o militarismo. Mais uma vez o autor ironizou, quanto a isso, a aliança dos ingleses e franceses com o a Rússia czarista, e cita a batalha de Tannenberg vencida pelos alemães (MANN, 2010, p. 156). Para Mann, os Aliados tentavam civilizar os alemães, mas era a Alemanha que possuía o maior número de universidades, que gastava as maiores somas com arte e ciência, além de possuir as menores taxas de analfabetos e crimes violentos em comparação com os franceses e ingleses. Nesse ponto, Mann ressaltou que os alemães possuíam então civilidade: “a conclusão, certamente, de que esta inexplicável Alemanha, entre todos os países, goza da mais moderna e sólida civilidade; mas o espírito, a ausência de espírito, os princípios dos quais advém esta superioridade, permanecem bárbaros” (2010, p. 157).

Thomas Mann concluiu o ensaio *Pensamentos na Guerra* afirmando que a essência alemã era de fato difícil e problemática. Para o autor, seriam os alemães o povo menos conhecido da Europa naquele momento, devido à soberba de seus vizinhos burgueses, e apenas um tolo afirmaria que os alemães não possuíam civilidade, mas, reitera, não era sua intenção declinar na civilização. Seria a vitória dos alemães, que

já se defendiam determinadamente, o que obrigaria finalmente seus vizinhos a estudá-los.

É o seu 'militarismo', seu conservadorismo moral, sua moralidade de soldado – um elemento do demoníaco e heroico que se obstina em não reconhecer o espírito civil como o último e mais dignamente humano dos ideais (MANN, 2010, p. 158).

Cultura x civilização como pano de fundo do conflito mundial

Além de toda sua defesa feita em *Pensamentos na guerra* (1914), discutida há pouco, as *Considerações de um apolítico* (1918), obra que, como tantas outras de sua autoria, inclusive as literárias, acabou alcançando uma extensão inesperada para o próprio Mann, foi um aprofundamento de suas ideias inseridas no primeiro ensaio. Além de advogar a causa alemã, esse livro envolvia também uma questão pessoal. Mann defendeu-se de ataques de outros intelectuais como Romain Rolland, e a defesa de si próprio por vezes se confundia com a defesa da Alemanha. Nesse caso, seu nacionalismo coincide com o que Norbert Elias demonstrou ao afirmar que o amor pela nação é também uma forma de amor-próprio, pois “também é sempre o amor de uma coletividade a que o indivíduo se refere como ‘nós’” (ELIAS, 1997, p. 143). Assim como seu país, Thomas viu-se cercado por inimigos.

O principal destinatário da obra *Considerações de um apolítico*, no entanto, não teve ao menos seu nome citado no livro. Era o irmão de Thomas, Heinrich Mann, chamado nas *Considerações* de literato da civilização. Pouco antes do início das hostilidades entre os dois irmãos, Thomas enviou uma carta a Heinrich, que datava de 18 de setembro de 1914, buscando animá-lo quanto ao futuro da própria obra e discordando de sua opinião quanto o futuro da Alemanha (MANN, 1990, p. 67). Mesmo com novas motivações, a fórmula que contrapunha cultura e civilização continuou a ser utilizada para defender a Alemanha e a si mesmo. Oswald Spengler, em *A decadência do Ocidente*, afirmou que, na verdade, a civilização seria o auge de uma determinada cultura:

Ora, cada cultura tem a sua própria civilização. Pela primeira vez, estas duas palavras, que até agora designavam uma vaga distinção ética, acham-se aqui

empregadas num sentido periódico, como expressões de uma sucessão orgânica, estrita e necessária. A civilização é o destino inevitável de cada cultura. Com isso, alcançamos o cume onde se tornam solúveis os derradeiros, os mais difíceis problemas da morfologia histórica. Civilizações são os estados extremos, mais artificiosos, que uma espécie superior de homens é capaz de atingir. São um término. Seguem o processo criador como o produto criado, à vida como à morte, à evolução como a rigidez, ao campo e à infância das almas como a decrepitude espiritual e a metrópole petrificada, petrificante. Representam um fim irrevogável, no qual sempre se chega, com absoluta necessidade (SPENGLER, 1964, p. 47).

Fritz Ringer descreveu os problemas de assimilação que os ideais iluministas enfrentaram na Alemanha. Principalmente após 1890, havia uma opinião entre os eruditos da Alemanha que considerava o iluminismo superficial e de tendência utilitarista, além do fato de que utilizar a ciência e a educação com fins práticos não era visto com bons olhos (RINGER, 2000, p. 92-94). Para Ringer, “O próprio ideal de educação dos mandarins, desenvolvido como a antítese direta ao conhecimento prático, vinha expresso nas palavras *Bildung* (formação, educação)¹ e *Kultur* (cultura)” (2000, p. 95). A palavra *Kultur*, que era relacionada ao conceito da *Bildung* na Alemanha até o século XVIII com um significado de cultivo de mente e espírito, posteriormente passou a designar a síntese das realizações do homem civilizado, enquanto, na França, cultura sempre significou cultura do espírito e a civilização representava “totalidade das criações e arranjos sociais e intelectuais do homem” (RINGER, 2000, p. 96). Ringer prossegue afirmando que assim que os conceitos de cultura e civilização foram estabelecidos na Alemanha e na França, os intelectuais alemães passaram a enxergar entre os dois uma antítese (RINGER, 2000, p. 96).

Por fim, Ringer afirmou também que a permanência do contraste entre os dois conceitos se dava pela atuação tendenciosa dos mandarins. Civilização continuava a ser visto como algo externo e uma forma limitada de educação. Com o passar do tempo, o termo englobou o avanço externo em áreas como economia, organização

¹ O termo *Bildung* é de importância crucial no contexto em que Thomas Mann escrevia, visto que alguns de seus romances eram considerados *Bildungsroman* (romance de formação). Por conta disso, considero importante reproduzir aqui a definição de *Bildung* publicada na enciclopédia *Der grosse Brockhaus*, entre 1928 e 1935 e citada por Ringer: “conceito fundamental de pedagogia desde Pestalozzi, *Bildung* significa formar a alma por meio do ambiente cultural. *Bildung* requer: a) uma individualidade que, como ponto de partida único, deve desenvolver-se numa personalidade formada ou saturada de valor; b) uma certa universalidade, implicando riqueza mental e pessoal, que é obtida por meio do entendimento e do vivenciamento empáticos [*Verstehen und Erleben*] dos valores culturais objetivos; c) totalidade, significando unidade interior e firmeza de caráter” (apud Ringer, 2000, p. 95).

social e tecnologia, enquanto cultura representava o desenvolvimento interior e os feitos dos homens cultos. Para Ringer, “Em síntese, cultura refletia cultivo, enquanto civilização era ‘apenas’ o produto da formação factual, racional e técnica do homem. Nesse sentido, ‘cultura’ era o termo mais abrangente e fazia sentido discutir a relação histórica entre civilização e cultura” (RINGER, 2000, p. 98).

Também para Norbert Elias o termo “cultura” tornou-se algo próprio de uma classe média que havia sido negligenciada durante a unificação e que, por isso, não tinha acesso aos cargos políticos mais importantes, enquanto até mesmo a dita “história política” dedicava-se a grandes estadistas e guerras (ELIAS, 1997, p. 126). Mesmo a família de Thomas Mann tendo tradição em sua cidade natal – nesse caso é importante lembrar que o pai, Thomas Johann Heinrich Mann, fora senador e figura importante em Lübeck – sua referência quanto ao termo “cultura” origina-se desses “renegados”. Nesse sentido, é possível entender o título da obra de Thomas Mann, *Considerações de um apolítico*, como ironia, reiterando sua tradição de aversão a questões políticas, porém tais questões seriam abordadas a partir de uma ótica apolítica.

No começo de suas *Considerações*, Thomas Mann afirmou que a política e a democracia eram mesmo venenosas para o ser alemão e que bastava observar aonde os políticos franceses haviam levado o próprio país para perceber que a política não era assim tão saudável (MANN, 2011, p. 45). Nesse momento era ainda o início da guerra e havia do lado do escritor uma certeza pela vitória da Alemanha. Desse modo, os problemas que a França estaria a enfrentar certamente estavam ligados, em sua concepção, ao conflito. Para explicar melhor o espírito cultural alemão é que Mann lançou mão da dicotomia entre cultura e civilização (MANN, 2011, p. 46).

Segundo as *Considerações*, a Alemanha também vivia em oposição a Roma, o que remete aos tempos antigos, quando os romanos já buscavam uma universalização da humanidade. Mann utilizou ainda [Dostoiévski](#) para afirmar que a intenção de unificar a humanidade continuou com o cristianismo; depois, esse pano de fundo da unificação universal passou a ser a Revolução Francesa e, posteriormente, a inquietude levou à união com os humilhados fazendo surgir o socialismo (MANN, 2011, p. 55–56). Assim

sendo, as raízes espirituais da guerra estavam bem claras para Thomas e o conflito seria fruto da luta alemã contra o espírito do ocidente, do mesmo modo que outrora fora a luta do mundo de Roma contra a Alemanha (2011, p. 60).

As disputas por território dentro da própria Europa e as disputas imperialistas não passavam despercebidas aos olhos de Thomas Mann, quando afirmou que o imperialismo dos aliados seria mais uma tentativa da ideia romana de unificação (MANN, 2011, p. 64). O fato de que os alemães também ansiavam por maiores possessões coloniais por vezes parece ter sido ignorado pelo autor. Para o autor, em episódios como a Questão do Marrocos, os alemães estariam buscando apenas o direito igualitário de comércio com a terra do sultão e sua independência. Durante a guerra, os alemães adotaram uma política parecida com essa em outras colônias e protetorados franceses e ingleses. O desrespeito à neutralidade belga na verdade não poderia ser considerado uma agressão, pois, os alemães estavam então a se defender dos ataques de seus inimigos, ataques estes que no campo de batalha imaginado por Thomas Mann, não era apenas físico:

A batalha de Teutoburgo, as lutas contra o papa de Roma, Wittenberg, 1813, 1870, tudo isso foi apenas um jogo de crianças em comparação com a luta terrível, perigosíssima, e no sentido mais grandioso, imprudente, contra a Entente mundial da civilização, que a Alemanha assumiu com uma docilidade verdadeiramente germânica para com seu destino, ou, para expressá-lo de uma maneira um pouco mais ativa, para com sua perene e inata missão (MANN, 2011, p. 64).

O entusiasmo nacionalista fez com que transpareçam, ao longo de toda obra de Thomas Mann, as críticas e o rancor contra o outro irmão, o mais velho. Sempre lembrado como o literato da civilização, Heinrich era criticado por Thomas, sobretudo porque, nessa guerra intelectual, os ditos inimigos internos da França, referindo-se provavelmente a pensadores de esquerda que esqueceram temporariamente o espírito da Internacional, defendiam seu país em tempos de guerra (MANN, 2011, p. 67 – 68).

Segundo Thomas Mann, o literato da civilização esperava que os alemães fossem derrotados para que a Alemanha finalmente passasse por uma revolução burguesa e, em consequência, por uma democratização. Porém, em mais uma provocação a

Heinrich, Thomas acrescentou ainda, quanto à unificação alemã, que “não se efetuou em virtude da revolução democrática, mas pelo pior e mais imperdoável que poderia ter produzido: em virtude da humilhação da França” (MANN, 2011, p. 71).

O literato da civilização não seria também um pacifista, pois, não desaprovava a guerra quando era empreendida contra a Alemanha e a serviço da civilização. Ele era, ainda, um grande admirador do aparato bélico dos aliados, ao mesmo tempo em que criticava a produção de armas pelos alemães. Thomas reconheceu que a guerra era uma forma de intervenção contra os alemães, e, concomitantemente, uma rebelião destes contra o espírito ocidental, enquanto ele próprio defendia a Alemanha. Nunca esperou, no entanto, uma vitória fácil e afirmava que nunca teria espaço em um mundo onde os alemães fossem derrotados (MANN, 2011, p. 73–76). Esse tipo de fala no discurso de Mann é o que mudaria diametralmente com o decorrer dos acontecimentos. É provável que haja no Thomas Mann de Weimar e no Thomas Mann de 1933–1945 a permanência de muitas ideias de seu período pré-republicano, quanto à essência do que de fato seria a Alemanha e do que ela representava.

O progresso que chegava à Alemanha poderia ser inevitável, mas como os mandarins citados por Fritz Ringer, Mann se opunha a ele. Não se trata dos avanços tecnológicos apenas, mas sim do progresso da politização. Tais mudanças levariam ao fim da humanização alemã, “se trata, para utilizar a expressão favorita do grito de guerra e de júbilo do literato da civilização, da democratização da Alemanha, ou, para ‘resumir’ tudo e levá-lo a um denominador comum, se trata de sua desgermanização” (MANN, 2011, p. 77).

Para Mann, o alemão era burguês não no sentido de antítese do proletariado, mas sim o de habitante da cidade, ou simplesmente cidadão. Nesse mesmo sentido, a instrução alemã era burguesa, tal qual sua condição humana, que, diferente dos ocidentais, não era política. A condição alemã se tornaria política apenas com sua desumanização (MANN, 2011, p. 112), “Pois o humanismo alemão resiste à politização raiz, e em efeito o conceito alemão de ilustração carece do elemento político” (2011, p. 116).

Por mais de uma vez, Thomas Mann pareceu tentar justificar-se quanto a não ter prestado serviço militar durante a guerra. Mas essa guerra era para ele um conflito entre a cultura e a civilização, Alemanha e Ocidente. Na sua visão, era a cultura alemã que estava sendo atacada. Por isso, sua trincheira situava-se nesse campo, o campo das concepções de mundo e choque de intelectualidade, que seria mais importante do que qualquer conquista ou perda material. Sua luta não seria por conquistas imperialistas ou pela dominação do comércio, mas sim pela defesa da cultura alemã (MANN, 2011, p. 120).

Para Norbert Elias, a unificação da Alemanha, sempre desejada pelos grupos intermediários da sociedade, foi empreendida por grupos aristocráticos. Assim como aparece no trecho de Heinrich Mann, os grupos medianos da sociedade alemã receberam-na “como um presente, por assim dizer, das mãos de seus adversários sociais” (ELIAS, 1997, p. 92). Thomas Mann, que se afirmava um burguês em sua relação com o conflito, afirmava que era a burguesia a portadora da ideia de unidade, cultura e intelectualidade alemãs (MANN, 2011, p. 120).

Em sua linha apolítica de raciocínio, Thomas Mann evoca outros grandes nomes da cultura alemã: Goethe, Schopenhauer, Nietzsche e Wagner. Esses foram seus grandes inspiradores, e, sobre o último, o escritor afirmou que raras vezes aquele deve ter influenciado tanto um não-músico e não-dramaturgo como ocorrera com ele próprio (MANN, 2011, p. 88). Mann aponta que Wagner celebrava as conquistas de Bismarck muito além do que o faziam os defensores da guerra de 1914. O compositor teria conjurado para que a Alemanha:

Mandasse ao diabo os “conceitos estrangeiros” não alemães, mais exatamente o democratismo ocidental, restabelecendo a antiga relação germânica primitiva – única relação salvadora – entre o rei absoluto e o povo livre; pois no rei absoluto, o próprio conceito da liberdade se elevaria até uma consciência suprema, cheio de divindade, e o povo só seria livre com o governo de um, e não de muitos. (MANN, 2011, p. 124).

Nessa linha de raciocínio, Wagner tornava-se ainda mais alemão para Mann, pela sua defesa de uma despolitização da Alemanha. Desse modo, as ideias do músico reproduzidas ao longo do texto transformam a obra em considerações de vários apolíticos. Thomas denota que, na fusão entre germanismo e arte, o sonho a ser

buscado era o da despolitização, em contraste com Heinrich, retratado mais uma vez como o literato da civilização, para quem a humanização da Alemanha só iria ocorrer com uma politização do país (MANN, 2011, p. 125).

O militarismo alemão foi chamado por Mann, em *Considerações de um apolítico*, de modernidade. Ele considerava que a civilização saía para a guerra contra tal modernidade, cuja existência encontrava-se em perigo, saltando de todas as suas fronteiras. Eram então os acontecimentos como a guerra o que destacava a individualidade e a fisionomia dos diversos povos (MANN, 2011, p. 147 – 150). Nesse caso, a fala de Thomas Mann coincidia com o que já havia dito em *Pensamentos na guerra*, quando afirmou que fora o conflito o que permitiu a toda beleza da Alemanha desabrochar. Esse é um ponto a se destacar nos escritos do Thomas Mann pré-republicano, pois, ao se referir à “fisionomia” e “individualidade” para exaltar a beleza da guerra, ou até mesmo a beleza da Alemanha, a qual atingiria o seu ápice apenas em tempos de guerra, pode parecer que o escritor estivesse pouco preocupado com a situação dos soldados que realmente estavam no *front* perecendo nas trincheiras e com uma “fisionomia” cada vez mais cadavérica.

Mesmo na ofensiva, Thomas Mann tentava passar sempre a impressão de que seus ataques eram antes uma espécie de autodefesa. Tal lógica permeia as duas obras tratadas aqui: a Alemanha defendia-se dos ataques da civilização, defendia-se do ódio por não ser uma democracia, enquanto ele próprio defendia-se de ataques de Romain Rolland e do literato da civilização. No início das *Considerações*, Mann justificou o motivo de não ter combatido na guerra física. Nesse espaço, aproveita também para justificar seus escritos de *Pensamentos na guerra* (1914).

Não, o literato da civilização erra quando disse que eu aspirava a brilhar. Eu queria servir, queria ajudar. Ou melhor, muito longe de acreditar que realmente poderia servir e ajudar, desejava deixar apressadamente claro meu anseio de fazê-lo; e desse modo nasceu essa precoce e rápida improvisação, intitulada *Pensamentos na guerra*, e na qual se antecipavam muitas coisas que posteriormente se disseram melhor, com maior valor e de modo mais duradouro, com incomum presença de espírito (MANN, 2011, p. 160).

É nessa parte do livro onde Mann fala das reações a esse ensaio. Tais reações foram as de Romain Rolland e Heinrich. Um francês e outro que havia se convertido em

francês devido à sua intelectualização (MANN, 2011, p. 161). Rolland foi criticado por Thomas Mann, que citou uma contradição do francês quando este afirmava que as catedrais eram os livros da França, pois isso iria contra o seu espírito revolucionário. Mesmo com todas as justificativas para se explicar e atacar seus opositores, Mann afirmou que não se importava com o que diriam de seu ensaio, pois sua intenção elevava-se acima de qualquer opinião, sua vontade era a de defender a Alemanha dos ataques da opinião democrática (2011, p. 162–165).

Além da crença firme no êxito da Alemanha, a defesa empreendida por Thomas Mann derivava de sua convicção de que a vitória dos alemães era o resultado mais justo que a história poderia decretar. Não só a Alemanha era injustiçada, na tentativa da civilização ocidental de lhe impor valores que eram estranhos ao ser alemão, mas também porque a vitória da Alemanha representava também a vitória da cultura. A Alemanha simbolizava, nessa linha de pensamento, o baluarte do conservadorismo, considerado bom por ser apolítico. A Alemanha de 1914 era herdeira de Bismarck e, nesse caso, sua luta era uma:

Intervenção contra a total liberalização, civilização, literaturalização do mundo, essa intervenção por instinto conservador, retardatário, social, por vontade de vinculação, de culto e de cultura, de que essa se prepara junto aos feitos alemães anteriores (MANN, 2011, p. 171).

Os Aliados continuavam a disseminar a ideia de que o conflito era resultado do militarismo alemão e seu anseio expansionista, em direção ao Oeste ou ao Leste. Mann contrapunha os franceses afirmando que a guerra era um senso de obrigação para os soldados alemães, enquanto para os franceses era um meio para conquistas e para sanar sua ambição por glória (MANN, 2011, p. 172). Ainda, respondendo mais uma vez a críticas, Thomas Mann lançou uma resposta mais direta aos franceses. Não eximia os alemães da sua parcela de responsabilidade sobre o conflito, mas criticava a hipocrisia dos franceses em acreditar que suas mãos estavam limpas.

Você pertence à nação mais estimada, mais mimada, mais plausível da terra, e seu suave coração bate vigorosamente na patriótica convicção de que a França luta 'com as mãos limpas e o coração inocente', e arrisca sua vida por justiça divina. França! Nenhuma palavra mais. Não é tarefa minha explicar-lhe que as mãos da França não estão limpas, e que 'inocência' não significa ausência de culpa. A Alemanha jamais foi o suficientemente inocente como que para acreditar-se livre de culpas (MANN, 2011, p. 173).

Thomas Mann, naquele momento, foi um crítico do pacifismo, ao que considerava ingenuidade ou uma forma disfarçada de atacar a Alemanha. O próprio Mann considerava-se um indivíduo pacífico, mas não pacifista, e não compactuava com a esperança de que “na paz eterna a querida humanidade haveria de comportar-se fundamentalmente melhor que sob a espada” (MANN, 2011, p. 179). Esse ceticismo diante do pacifismo não era exceção na Alemanha. Para Elias, era fruto da transição da própria nação ao longo do século XIX (ELIAS, 1997, p. 114).

Como tantos outros, Mann entusiasmou-se com o início da guerra, mas não esperava o conflito nem mesmo depois do assassinato de Francisco Ferdinando. É bem provável que isso decorra também da atenção dada ao próprio funeral, questão pouco lembrada atualmente, do herdeiro do trono austro-húngaro em seu país: “Fizeram-se ao príncipe herdeiro exéquias de ‘terceira classe’ e nem em Budapeste, nem na capital se proclamou o luto nacional: Viena continuou Viena e a música não parou de tocar” (FERRO, 1993, p. 64). Mann considerava que a internacionalidade do capitalismo e do socialismo, além da teia mercantil por toda a Europa, tornava um conflito inimaginável. Quando a guerra iniciou-se, “parecia que ao [...] país não teria outro remédio que desaparecer sob o ódio e o desprezo do mundo: isso era estupidez, hipocrisia e loucura” (MANN, 2011, p. 180).

Mesmo não sendo os alemães considerados inocentes pelo escritor, ingleses e franceses não haviam empreendido também esforços para evitar uma guerra (MANN, 2011, p. 181). Nesse ponto, o autor compactua com a tese de que o conflito era desejado pela Inglaterra que se preocupava com a expansão do poderio econômico Alemão.

O que surpreendeu Thomas Mann, mais do que a guerra, foi o posicionamento de seu irmão, Heinrich, que, como já dito, foi chamado ao longo das *Considerações de um apolítico* de literato da civilização. Heinrich surpreendeu Thomas Mann não apenas por seus ataques à Alemanha e defesa da França, mas também pelo que este considerou um ataque pessoal. Após uma longa resposta a Romain Rolland, Thomas se voltou para Heinrich, ao afirmar que os piores ataques contra ele, e contra Alemanha, não foram feitos por estrangeiros (MANN, 2011, p. 182). Assim, não

buscava fazer uma crítica literária, mas defender-se das acusações que sofreu. Ao descrever o primeiro contato que teve com o ensaio de Heinrich sobre Zola, Thomas denota que, sem citar o nome do irmão, havia uma semelhança de família com o seu próprio ensaio e expõe o ponto que considerou direcionado a si, quando o texto sobre Zola citava “esses profundos charlatães imaginavam possuir conhecimentos, e mais além de todos seus conhecimentos podiam ser os jactanciosos proclamadores da violência desalmada” (MANN, H. apud MANN, 2011, p. 184).

Defender a Alemanha era, para Mann, defender sua formação intelectual, era defender o que o tornou um artista e cunhou obras. Não era questão de pura e simplesmente aderir ou não ao pacifismo. Por não tê-lo feito, Mann afirmou que foi acusado de criar um catecismo nacionalista, quando, na verdade, explanava que, apesar de possuírem também o direito de se tornarem imperialistas ou de comporem o próprio império, os alemães pouco combinavam com essa postura (MANN, 2011, p. 197). Em relação a isso Thomas Mann enganou-se, ao menos na última parte. A guerra causava, obviamente, o desejo anexionista no alto comando alemão e, inclusive, nos últimos anos da guerra, com o bloqueio naval inglês, a Europa Oriental tornou-se um grande atrativo e assim permaneceu. Prova disso foi o que ocorreu décadas mais tarde, após a ascensão dos nazistas, quando o Leste foi o principal alvo da busca pelo Espaço Vital.

Dois anos após o começo da guerra, Thomas Mann passou a criticar o nacionalismo insuficiente do povo alemão, que se encontrava em tom de apatia no país, devido à própria condição do conflito. Soou quase profético quando o autor apontou a necessidade de uma degradação para aflorar a paixão nacional. Mann não esperava que a degradação desceria tão baixo nos anos seguintes, o que de fato exacerbou o nacionalismo, mas não de maneira espiritual e sim fanática.

Pois para se tornar espiritualmente possível na Alemanha a paixão nacional, se requer a degradação mais profunda, a miséria mais extrema, e esta guerra, que é miserável não porque não vai totalmente bem, mas porque não vai de todo mal, essa mediocridade que deixa o país em estado de seguridade, gera a apatia pública e a corrupção individual (MANN, 2011, p. 198).

O problema da Europa não seria, nessa perspectiva, o nacionalismo alemão, mas sim o nacionalismo democrático, defendido, segundo Mann, por países como a França, que o exaltavam como parte de seu caráter nacional, mas, que era, para o escritor alemão, um causador da anarquia entre os povos. A paz europeia só seria duradoura se fosse uma paz alemã, pois o povo mais poderoso deveria ser ele também um amante da paz (MANN, 2011, p. 199). Mais uma vez surge a impressão de que Mann adotava argumentos contraditórios. Porém, é importante lembrar que, em sua linha de raciocínio, os alemães faziam uma guerra apenas defensiva, devido aos ataques anglo-franceses ao seu direito de ser e existir.

Se em *Pensamentos na Guerra* (1914) Thomas Mann falava da quase frustração que ocorreu quando os exércitos alemães, ainda no início da Grande Guerra, chegaram próximos de Paris em pouco tempo de confronto, na medida em que o conflito se arrastava, afirmou que o embate não seria um mero passeio à capital francesa ou a São Petersburgo. Naquele momento, já não esperava um desfecho rápido, mas previa uma guerra longa como a de 1756 em vez de um confronto como o de 1870. Nesse ponto, Mann faz uma espécie de repreensão aos que deixavam o patriotismo vacilar, visto que o seu próprio patriotismo derivava da concepção trágica alemã (MANN, 2011, p. 205-206).

Tais ideias deveriam preparar os alemães para um conflito mais longo, e Mann os lembrava de que sua luta deveria ser a luta pelos ideais conservadores e contra a democracia, que era o mundo da Entente. Os alemães não lutavam pela guerra de mercado, o seu combate era mais elevado justamente por combaterem contra isso:

Quem nesta guerra se comporta de alguma maneira positiva, por simpatia com esse indivíduo mítico denominado povo alemão e sua luta heroica, haverá de professar decentemente ideias conservadoras, vale dizer nacionais, e de participar na guerra em seu nome. A democracia, que no fundo está totalmente de acordo com a Entente da Civilização e que só 'quer trabalhar de lojista aonde já existe outro que o faz' a dizer de George Sand, trava uma guerra de mercado carente de ideias e, portanto, tal como ela mesma o sente, imoral. Nem sequer enquanto democracia é uma ideia, mas mero oportunismo (MANN, 2011, p. 237).

A guerra seguia sua tentativa de democratizar a Alemanha e alguns efeitos já eram sentidos. É por essa razão que, para os conservadores, instaurar o direito ao voto na

Prússia levaria os alemães à derrota. De qualquer forma, não era o povo quem governava na democracia, mas sim alguns indivíduos (MANN, 2011, p. 238).

Para Thomas Mann, o indivíduo alemão não cultuava o Estado como um fim realizador de toda a felicidade. Para justificar a existência do Estado, Mann cita Schopenhauer, quando o filósofo apontou que são as leis o que coíbe a violência, a maldade e a crueldade de alguns (MANN, 2011, p. 238). É o Estado o que nivela as lutas sociais, que as leva a uma conciliação, garantindo assim a conjuntura necessária para existência da cultura. O Estado, aliás, é, para Mann, como um guardião da tradição histórica de um povo:

A tradição histórica de um povo, esse tesouro de vivências de épocas pretéritas de sua evolução espiritual, que por si constitui um valor cultural, não pode ser plenamente apreciada e cultivada por nenhum outro povo. O Estado, a comunidade supra-individual, é sem dúvida o guardião deste tesouro (MANN, 2011, p. 239).

Essa afirmação coloca mais uma vez Mann como um herdeiro da tradição de classe média urbana educada. Na percepção de Norbert Elias, os indivíduos pertencentes a essa classe na Alemanha, ao não possuírem uma ascendência que remonte a uma longa tradição familiar, como os grupos aristocráticos, tinham seu orgulho alicerçado nos feitos da nação, o que formou a parte mais importante do que Elias chamava de “nós-imagem” e “nós-ideal”. Desse modo, assim que ocorreu a ascensão dessas classes médias industriais, elas “basearam cada vez mais seu orgulho e suas pretensões a um valor especial ora na ancestralidade de sua nação, ora em realizações, características e valores nacionais aparentemente imutáveis” (ELIAS, 1997, p. 129).

Nos primeiros anos do século XX, a ascensão da Alemanha gerava uma expectativa de que o país se tornaria a próxima potência hegemônica do mundo. Fritz Stern, em *O mundo alemão de Einstein*, cita que, em uma conversa com Raymond Aron, enquanto caminhavam por entre ruínas da Segunda Guerra Mundial, este observou que o século XX poderia “ter sido o século da Alemanha” (STERN, 2004, p. 10). Durante o conflito, porém, a guerra era vista como um estágio para que a Alemanha firmasse seus valores, na ótica de Mann, que se colocava em defesa da monarquia,

pois seria somente ela que garantiria a liberdade política, tanto no aspecto espiritual como econômico. Nessa perspectiva, era apenas a independência do governo monárquico que possibilitava o direcionamento da política social. O sistema parlamentar era visto como nocivo, pois contaminaria politicamente toda a vida da nação (MANN, 2011, p. 246). Em seu raciocínio de contraposição aos franceses, Thomas Mann lembrava sempre o caso Dreyfus² : “Não quero que se condene nem que se absolva Dreyfus por razões políticas, posto que a absolvição de um inocente por motivos políticos não é menos repugnante que sua condenação” (2011, p. 246).

Ao posicionar-se como conservador, Thomas Mann acreditava posicionar-se como alemão; e afirmar o nacional na Alemanha era o mesmo que negar a democracia. O autor percebia que, após três anos de guerra, o povo começava a dar sinais de exaustão, por isso uma consulta democrática sobre a continuidade ou não do conflito levaria a maioria absoluta a posicionar-se pela paz, que seria ruínoza. Isso resultava, em sua análise, que uma consulta popular não expressava necessariamente a vontade da população. A vontade do povo não deveria ser confundida com democracia na Alemanha. Os alemães não deveriam copiar as instituições estrangeiras, mas sim criar as suas próprias, ao utilizar sua capacidade, seu próprio modelo nacional de liberdade (MANN, 2011, p. 253–260). Além disso, em suas *Considerações*, ele ainda alegou que, para a Alemanha, converter-se em república era dissolver-se: “A evolução, o desenvolvimento, o particularismo, a multiplicidade, a riqueza em individualidade foi sempre a lei fundamental da vida alemã” (MANN, 2011, p. 262).

Ao longo das *Considerações*, é possível observar que diversos termos aos quais Mann se referiu de uma forma negativa, ou como algo prejudicial, adquirem uma conotação positiva quando diante do qualificativo “alemão”; por exemplo: “socialismo alemão”, “literatura alemã” e até mesmo “política alemã”. Desse modo, entende-se que esses conceitos eram ruins quando ligados a tentativas dos inimigos da Alemanha

² Alfred Dreyfus, oficial francês de origem judaica condenado a degradação militar, acusado de alta traição. Foram utilizados documentos falsos para comprovar sua culpa e o episódio configurou-se um grande escândalo na França. O escritor Emile Zola, o qual é homenageado por Heinrich Mann em seu ensaio, o mesmo que causou a reação e a polêmica com Thomas, denunciou o caso.

de lhe impor algo que atentava contra sua própria essência. É em comparação com essa política “estrangeira” que Thomas considerava-se apolítico. Sem observar esse ponto, parecem incompreensíveis suas palavras de concordância com o *Reich*, que foi, a seu ver, uma realização alemã.

A criação do *Reich* foi uma criação ‘política’ em um sentido extremamente alemão, é dizer anti-radical, uma obra da razão prática, uma concessão do pensamento à matéria para que fosse a realidade, a ‘vida’, e a vida não é, obviamente, literatura. O *Reich* é uma concretização alemã não menos do que a França atual, por exemplo, é a concretização da filosofia francesa do século XVIII, uma coisa viva, com todas as escórias, erros ou misérias do vivo, sim senhor. (MANN, 2011, p.169 – 270).

Nesse sentido, algumas conclusões de Thomas Mann parecem proféticas, mesmo que seu posicionamento no período em que se realizaram suas previsões indicasse uma mudança de perspectiva, tais como quando afirmou que na Alemanha algo imposto, tal como uma democratização, não vingaria, além de ser necessário respeitar as etapas históricas. Nesse caso é impossível não se pensar no advento da República de Weimar, da qual Heinrich Mann seria um dos entusiastas, tendo sugerido a criação de uma espécie de cartilha republicana, que deveria ser incorporada ao sistema educacional naquele momento.

Retornando às *Considerações*, os ataques de Thomas Mann voltavam-se novamente contra seu irmão, que em comparação a ele próprio fora um republicano precoce. Referindo-se a Heinrich sempre como o literato da civilização, Thomas afirma que, para este, a literatura e a política estavam sempre juntas, não sendo possível fazer uma dissociada da outra. Para Heinrich, era necessária uma “solidariedade de todos os intelectuais, ‘conquistar o poder, difundir a verdade, a justiça, a liberdade, a felicidade, em uma palavra, a república democrática’” (MANN, H. apud MANN, 2011, p. 289). Enquanto Thomas Mann considerava tais acontecimentos um prelúdio de declínio para a Alemanha, Heinrich Mann enxergou nesse processo a inserção da Alemanha em um novo patamar, purificada de seu militarismo aristocrático.

Ao longo das *Considerações*, por diversas vezes Mann parece justificar sua inserção nos assuntos sobre os quais discorre. Afirmou, por exemplo, que a guerra politizava e citou o caso do músico que homenageou um oficial do exército: “A guerra obrigou ao

sentimento nacional do artista a politizar-se, por mais longe que tenham estado antes dele o político e o patriótico” (2011, p. 295). O avanço da obra acompanhou o avanço da guerra. Se a guerra levava a uma politização do sentimento nacional, era preciso, na visão de Thomas Mann, que a democracia que se aproximava dos alemães fosse “germanizada”. Diante dessa possibilidade, um possível futuro Estado popular alemão não deveria ser necessariamente plebeu ou um Estado de literatos, até porque o literato da civilização disparava ainda algo mais absurdo para Thomas Mann: culpava a Alemanha pelo conflito por não ser democrática (MANN, 2011, p. 305-306).

O mesmo Thomas Mann que combateu Hitler durante a Segunda Guerra afirmou, em tempos de Primeira Guerra Mundial, que todo povo possui os dirigentes que merece e que, ofendendo aos dirigentes, ofende-se a si mesmo (MANN, 2011, p. 310-311). Vemos que o argumento permaneceu, durante a Segunda Guerra, idêntico, apesar de aparentar uma clara disparidade. É nesse sentido que se pode entender a decepção de Thomas quanto à atitude dos alemães em relação ao nazismo. Essa era a carga de culpa do povo alemão, já que, em sua concepção, mais uma vez era de responsabilidade do povo os dirigentes que possuíam.

Quando a população da Alemanha começou a fraquejar com os sacrifícios que lhes eram impostos pelos anos de guerra e, principalmente, com a falta de suprimentos com o bloqueio ao país, Mann lembrou a aprovação da ampla maioria no início da guerra. Enquanto para o literato da civilização a Alemanha era um regime de senhores, Thomas afirmou que em seus 40 anos ainda não havia percebido tal sistema (MANN, 2011, p. 318). Mas o povo, que saudou a guerra em seu início, quando lhe era exigido um sacrifício maior, desejava a paz.

É o povo que canta e grita nas praças quando tem guerra, mas começa a grunhir e berrar, declarando que a guerra é uma fraude, quando a mesma dura demais e impõe privações. (...) Não tem outra coisa além da força, ligada à ignorância, à estupidez e à injustiça. Pode fazer uma revolta; mas jamais produzirá uma revolução por seus próprios meios, senão acode em seu socorro o intelecto desde cima, como em 1789, quando um espírito que não era seu atentou a tudo, e graças a esse espírito, que infiltrou as classes superiores, não encontrou resistência alguma (MANN, 2011, p. 339).

Seguidamente em seu discurso, Thomas Mann não eximiu totalmente a Alemanha de sua culpa, não negou por inteiro as acusações, mas demonstrou que seu país era

menos hipócrita, ou possuía as melhores justificativas para suas atitudes, que levavam ao tipo de que os alemães buscavam. Além disso, não teria a França conquistado seu patamar de terra da liberdade após a Bastilha e os banhos de sangue? Para Mann, mais uma vez os ocidentais equivocavam-se ao considerar a Alemanha um “regime de sabres, de escravidão alemã, e de uma mísera condição de súditos” (2011, p. 322).

Se o mundo ocidental representava o liberalismo, a forma de se opor a este era o conservadorismo, por isso as críticas do literato da civilização continuariam a soar vazias, pois eram direcionadas apenas à Alemanha. Para Thomas, Heinrich esquecia-se do imperialismo da Itália na Líbia e da França no Marrocos, do aumento da mortalidade na Índia submetida aos ingleses, além do domínio destes sobre a Irlanda (MANN, 2011, p. 326–329). Era então necessário aos alemães o conservadorismo, ao passo que “o tremendo e rígido erro do literato da civilização consiste em acreditar que o conservadorismo e o talento se excluem mutuamente” (2011, p. 333). Essa fala converge com ideias que antecederam até mesmo o início do conflito com Heinrich, quando escrevia a este que muito sangue foi derramado em nome da liberdade e que as grandes obras da literatura russa haviam sido escritas sob a opressão do regime czarista (MANN apud HAMILTON, 1985, p. 133).

Considerações finais

Décadas mais tarde, quando um regime muito mais opressor se abateu sobre a Alemanha, a produção literária de Thomas Mann não deixou de fluir, mesmo no período de exílio, mas certamente já não havia, em sua concepção, nada que concordasse que o nazismo causava “bons efeitos colaterais” em suas obras. Algumas de suas explanações, como a que afirmou que se Hindenburg fosse nomeado chanceler, ele não era ninguém para poder se opor (MANN, 2011, p. 336), em nada se parecem com seus *Discursos contra Hitler*, não necessariamente pelo marechal, mas sim pelo tom de subserviência, em que “somente sob um condutor que possua características do Grande Homem de cunho alemão poderá oferecer ao ‘estado do povo’ um aspecto tolerável, e ser outra coisa que a democracia enganosa da qual nos referimos” (2011, p. 336).

A literatura e a instrução burguesa haviam preparado o terreno para a unificação alemã. Na visão de Mann, figurava-se como absurda a literatura russa ser utilizada como justificativa para a aliança entre russos e franceses, enquanto a Entente apontava como causa da guerra a negativa da Alemanha em se tornar democrática. A França aparece como principal inimiga a ser combatida nas *Considerações*. Mann cita Hegel e Carlyle para apontar que a revolução foi um castigo para a França por não ter passado pela reforma (MANN, 2011, p. 463). Os argumentos de Thomas Mann muitas vezes o levam a entrar em contradição, mas também explicam indiretamente tais contradições, como quando afirmou que os defensores da democracia pacifista e de uma paz sem anexações perdiam adeptos quando alguma ofensiva vitoriosa afigurava-se no horizonte. Os argumentos do autor também pareciam mudar ao sabor dos acontecimentos, já que sua obra era escrita concomitantemente com a guerra, como, por exemplo, quando afirmou que a inimizade entre os povos da Europa era apenas uma ilusão (MANN, 2011, p. 442) e, após tantas críticas aos franceses, apontava para uma harmonia entre os povos, ao fim e ao cabo:

Não era eu o suficientemente forte ou presunçoso como para que a guerra 'não me incumbisse'; comovido, revoltado, estridentemente desafiado, me lancei ao tumulto e defendi disputando, o meu. Mas Deus sabe que me sentirei melhor quando minha alma, uma vez purificada da política, possa contemplar novamente a vida e a humanidade; meu ser poderá afirmar-se melhor do que através deste livro quando os povos coexistam em dignidade e honra depois das fronteiras pacificadas, trocando seus bens mais queridos: o inglês belo, o francês polido, o russo humanitário e o alemão sábio (MANN, 2011, p. 443).

Mas algo que permaneceu estável durante todas as *Considerações de um apolítico* (1918) foi o rancor e a hostilidade para com Heinrich Mann, o literato da civilização. Quando seu irmão personificava para ele a política, a democracia ou a própria França, o tom conflituoso e combativo retornava para seus escritos. Pelo menos por aquele período, Thomas em certos momentos de sua obra dava a entender que desejava no futuro um entendimento entre os povos da Europa, enquanto não deixava nenhum sinal de uma possível reaproximação com Heinrich.

Devo confessá-lo: sou alguém assim. Pois odeio a política e a crença na política porque torna presunçoso, doutrinário, obcecado e inumano. Não acredito na fórmula do formigueiro humano, na colmeia humana, não creio na *république démocratique, sociale et universale*, não acredito que a

humanidade esteja destinada à felicidade, nem sequer a essa felicidade, não creio na 'crença'; mas antes bem no desespero, porque é ele o que limpa o caminho até a redenção, creio na humildade e no trabalho, no trabalho de um mesmo, cuja forma mais elevada, moral, severa e alegre parece-me a arte. E também creio que um amante politicamente decidido do gênero humano, que pretende que a arte seja política e que, enquanto homem da hora, me qualifica de infame e parasita porque eu não quero tal coisa, também acredito que alguém semelhante comete um crime contra uma alma humana que enerva todo seu balbuciar amoroso, o desmente e o aniquila para todo o sempre (MANN, 2011, p. 480).

As Considerações de um apolítico foram finalizadas enquanto a Alemanha e a Rússia assinavam o armistício. Esse fato certamente reascendeu a convicção que Thomas Mann possuía na vitória final de seu país, que, a partir daquele momento, concentraria suas atenções nas trincheiras ocidentais. Mas, diferentemente da vitória rápida, que chegou até mesmo a ser temida no início da guerra, um fim próximo já não figurava em suas esperanças. Mann previu mais uma vez um final distante para o conflito, a guerra deveria se arrastar ainda por longos anos, “pois isto não é uma guerra, isto é um período histórico, que pode prolongar-se como entre 1789-1815, ou também como entre 1618-1648” (MANN, 2011, p. 528). Com previsões tão apuradas quanto a questões políticas, mesmo afirmando-se como apolítico, a trajetória de Thomas Mann, findada a guerra, estava prestes de seguir por caminhos bastante diferentes. Após o fim da Guerra, Thomas Mann converteu-se em republicano e se reaproximou de seu irmão Heinrich. No próximo conflito mundial os dois irmãos estiveram do mesmo lado da trincheira.

Referências bibliográficas:

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BLACKBOURN, David; ELLEY, Geof. **The Peculiarities of German History: bourgeois society and politics in nineteenth-century Germany**. Oxford: 1984.

CALDAS, Pedro. **O murmurante evocador do passado: a montanha mágica e o romance de formação após a Primeira Guerra Mundial**. *Historia da historiografia*. Ouro Preto, n.16, p. 107-120, dezembro de 2014. Disponível em:

<<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/download/802/497>>

Acesso em: 24 de junho de 2017.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

FERRO, Marc. **A Grande Guerra, 1914 – 1918**. Lisboa: Edições 70, 1993.

FERRO, Marc. **História da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Ática, 1995.

FISCHER, Fritz. **Germany's aims in the First World War**. New York: Norton & Company: 1967.

GAY, Peter. **A Cultura de Weimar**. Tradução de Laura Lúcia da Costa Braga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GAY, Peter. **Represálias Selvagens**: Realidade e Ficção na Literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann. Tradução de Rosaura Eichenber. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HAMILTON, Nigel. **Os irmãos Mann**: as vidas de Heinrich e Thomas Mann. Tradução de Raimundo Araújo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HERF, Jeffrey. **O modernismo reacionário**: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no Terceiro Reich. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX, 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios**: 1875 – 1914. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KOCKA, Jurgen. **German History before Hitler**: the debate about german Sonderweg. Journal of Contemporary History, Vol. 23, No. 1, pp. 3-16, jan. 1988.

KURZKE, Hermann. **Thomas Mann**: life as a work of art. Princeton: Princeton University, 2002.

MANN, Heinrich. **O súdito**. Tradução de Sibebe Paulino. São Paulo: Editora Madalena, 2014.

MANN, Thomas. **A montanha mágica**. Tradução Herbert Caro. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MANN, Thomas. **Consideraciones de um apolítico**. Tradução de León Mames. Salamanca: Capitán Swing Libros, 2011.

MANN, Thomas. **Doutor Fausto**. Tradução de Hebert Caro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MANN, Thomas. **Ensaio**. Seleção de Anatol Rosenfeld. Tradução de Natan Robert Zins. São Paulo: Perspectiva, 1988.

MANN, Thomas. **Letters of Thomas Mann 1889-1955**. Seleção e tradução de Richard e Clara Wiston. Los Angeles: University of California, 1990.

MANN, Thomas. **Introdução à Montanha Mágica**. Tradução de Richar Miskolci. Perspectivas, n. 19, p. 131-142, 1996. Disponível em: seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/2008/1638. Acesso em: 24 de junho de 2017.

MANN, Thomas. **Morte em Veneza**. Tradução Eloisa Ferreira Araújo Silva. Rio de Janeiro: O globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

MANN, Thomas. **Orden del día**. Buenos Aires: Editorial Americalee, 1945.

MANN, Thomas. **Os Buddenbrook**: decadência de uma família. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MANN, Thomas. **Ouvintes alemães!** Discursos contra Hitler. Tradução de Antonio Carlos dos Santos e Renato Zwick. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MANN, Thomas. **O escritor e sua missão**: Goethe, Dostoiévski, Ibsen e outros. Tradução de Kristina Michahelles. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MANN, Thomas. **Pensamentos na Guerra**. Tradução de Mário Frungillo. Revista UFG, n. 8, ano XII, julho de 2010.

MANN, Thomas. **Travessia Marítima com Dom Quixote**: ensaios sobre homens e artistas. Tradução Kristina Michahelles, Samuel Titan. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MANN, Thomas. **Tonio Kröger**. Tradução de Maria Dellling. São Paulo: Boa Leitura, s.d.

MISKOLCI, Richard. **Thomas Mann, o artista mestiço**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

PRATER, Donald A. **Thomas Mann**: uma biografia. Tradução de Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

RINGER, Fritz K. **O Declínio dos mandarins alemães**: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SAFRANSKI, Rüdiger. **Romantismo**: uma questão alemã. São Paulo: Estação Liberdade, 2010

SPENGLER, Oswald. **A decadência do Ocidente**: esboço de uma morfologia da história universal. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

STERN, Fritz Richard. **O mundo alemão de Einstein**. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WISCHMANN, Christine; CHRISTMANN, Karin B. **Polos opostos**: Thomas Mann e Heinrich Mann. Letras, Curitiba, n. 2, p. 97-109, dez. 1975.